

## PARECER/2022/7

### I. Pedido

1. A Direção-Geral da Segurança Social submeteu à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), para parecer, a proposta de Convenção, relativa ao tratamento e transferência de dados a realizar entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia em matéria de Segurança Social (doravante designado por Convenção).
2. O Pedido é ainda acompanhado com uma Nota de Enquadramento (doc.5)

### II. Da competência da CNPD

3. A CNPD emite o presente parecer no âmbito das suas atribuições e competências, enquanto autoridade nacional de controlo do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (a qual tem por objeto assegurar a execução, na ordem jurídica interna, do RGPD).

### III. Apreciação do Acordo

4. A Convenção em análise visa regular a relação entre os dois Estados signatários (doravante Estados-Parte) no âmbito da Segurança Social, consagrando regras que garantam os direitos adquiridos e os direitos em vias de ser adquiridos ao abrigo da legislação nacional aplicável em relação às matérias que vêm discriminadas no artigo 2.º relativamente a cada uma das Partes e em relação às pessoas identificadas no artigo 3.º.
5. Como decorre claramente do artigo 23.º do texto em análise, a execução da presente Convenção pressupõe a transferências de dados pessoais de uma para outra Parte através das entidades competentes, que não vêm especificadas.
6. Nos termos do artigo 46.º do RGPD, a República Portuguesa só pode realizar transferências de dados pessoais para um país terceiro situado fora da União Europeia, como é a Federação da Rússia, se esse país apresentar garantias adequadas e na condição de os titulares dos dados gozarem de direitos oponíveis e de medidas jurídicas corretivas eficazes.
7. No caso concreto, a Federação da Rússia não beneficia de uma decisão de adequação da Comissão Europeia, nos termos do artigo 45.º do RGPD, embora tenha aderido à Convenção n.º 108 do Conselho da Europa, aberta

a países terceiros, pelo que há que verificar se existe legislação da Federação da Rússia específica nesta matéria e se esta garante a mesma proteção que a legislação portuguesa

8. De facto, verifica-se que o direito à proteção da informação relacionadas com a privacidade se encontra constitucionalmente protegido (artigos 23.º e 24.º), e que a Federação Russa dispõe de legislação específica de proteção de dados pessoais<sup>1</sup> a qual regula o tratamento de dados pessoais por órgãos governamentais federais, locais e municipais, pessoas jurídicas e pessoas físicas, por meios de meios automatizados ou não (n.º 1 do artigo 1), para proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos no tratamento de dados pessoais e da inviolabilidade da privacidade pessoal e familiar (artigo 2).

9. Verifica-se, ainda, que a Federação da Rússia dotou o seu sistema jurídico de uma autoridade de controlo de proteção de dados<sup>2</sup>.

10. Não obstante o que ficou exposto, algumas situações merecem atenção.

#### IV. Da proteção de dados

11. A convenção dedica dois artigos exclusivamente à proteção de dados: o artigo 1.º, no qual se cuida da definição dos conceitos “dados pessoais”, “tratamento de dados pessoais” e “divulgação de dados pessoais” [alíneas 11) a 13)], e o artigo 23.º, relativo ao “direito de informação”, cuja redação, segundo a informação facultada pela DGSS na Nota de Enquadramento (página 1 do doc.5) que consubstanciam a proposta da Federação da Rússia e que cabe apreciar.

12. Saúda-se o cuidado em definir os conceitos utilizados em sede de proteção de dados pessoais, garantindo que as Partes têm uma compreensão unívoca nesta sede. O que não impede que devam ser dirigidas algumas observações à terminologia adotada na versão portuguesa apresentada e que deverá acautelar-se numa versão definitiva.

13. Assim, na alínea 11), define-se o conceito de dados pessoais para efeitos desta Convenção. Uma primeira observação relativa à utilização da expressão “sujeito de dados pessoais”, que na versão portuguesa deverá ser substituída por “titulares de dados pessoais”, por ser a terminologia legal há muito sedimentada.

14. Ainda, definem-se dados pessoais como “qualquer informação que se relacione com uma pessoa física determinada direta ou indiretamente”. Também esta definição deve ser alterada, sugerindo-se a adoção da

<sup>1</sup> Federal Law No. 152-FZ of July 27, 2006 on Personal Data (Personal Data Law), que regula o tratamento de dados pessoais por órgãos governamentais federais, locais e municipais, pessoas jurídicas e pessoas físicas, por meios de meios automatizados ou não. Federal Law No. 149-FZ of July 27, 2006 on Information, Informational Technologies, and the Protection of Information (Information Law).

<sup>2</sup> Resolução n.º 228, de 16 de março.

definição prevista na alínea 1) do artigo 4.º do RGPD e da Convenção 108, do Conselho da Europa - "pessoa singular identificada ou identificável" - que, de resto, é mostra compatível com a definição prevista na Lei de Proteção de Dados da Federação Russa<sup>3</sup>. Ficaria, deste modo, mais claro que se trata de dados pessoais, mesmo quando a pessoa não esteja, ainda, determinada, mas quando a informação disponível permita determiná-la, isto é, quando seja possível alcançar a sua identificação, ainda que por cruzamento de dados.

15. Também carece de alteração a terminologia adotada para definir o tratamento de dados. A título de exemplo, deve substituir-se *uso* por *utilização* e *eliminação* por *destruição*, *sistematização* por *estruturação*, e explicitar o que se entende por *levantamento*, *acumulação* ou *bloqueio*, a título de exemplo, bem como explicitar se por despersonalização, se entende anonimização ou a pseudonimização, o que parece ser o caso.

16. O artigo 23.º versa exclusivamente sobre a proteção de dados, pelo que a epígrafe deverá ser alterada para "proteção de dados pessoais", uma vez que a atual epígrafe "proteção de informação" se mostra desajustada.

17. Estabelece-se, no artigo 23.º, que a transferência de dados pessoais fica submetida à legislação da Parte que procede à transferência (n.º 2). Ainda, que a Parte para a qual são transferidos os dados deve garantir, quanto ao tratamento e divulgação de dados, um nível de proteção pelo menos tão rigoroso como o da Parte que transfere (n.º 4).

18. Deste logo se diga que não se compreende a referência a "*tratamento e divulgação*".

19. Por um lado, porque, nos termos da definição explicitada na alínea 12) do artigo 1.º, o tratamento de dados compreende a transmissão de dados, nas modalidades de "divulgação, cedência e acesso", pelo que não se vislumbra razão para, agora,

20. Por outro, porque, uma leitura integrada das normas consagradas daquele n.º 4 do artigo 23.º e da alínea 13) do artigo 1.º, que define divulgação de dados pessoais como "ações com vista à revelação dos dados pessoais a um número indeterminado de pessoas" levaria à conclusão de que existam situações em que, ao abrigo desta Convenção, uma Parte possa transmitir os dados pessoais de determinado titular a um número não determinado de pessoas, o que não pode, de modo nenhum, admitir-se.

21. De resto, tal faculdade contraria o preceituado no n.º 5 do artigo 23.º que prescreve a confidencialidade de dados e o seu uso exclusivo para as finalidades da Convenção.

---

<sup>3</sup> Art. 3.º, alínea 1): "personal data" meaning any information directly or indirectly concerning a natural person who is defined or is being defined (personal data subject)".

22. Esta norma deve ser complementada no sentido de garantir, não apenas que os dados não são transferidos para entidades terceiras dentro do território dos Estados-Parte mas, igualmente, haver uma previsão expressa de que os dados transferidos para a outra Parte não são posteriormente transferidos para países terceiros ou organizações internacionais.

23. Prevê-se, no n.º 9 do artigo em análise, que a violação das disposições relativas à proteção de dados pelas Partes dá lugar à responsabilidade prevista nas suas legislações, sendo conveniente estabelecer de forma inequívoca que ambos os Estados reconhecem o direito dos titulares de dados à tutela jurisdicional, independentemente da sua nacionalidade.

## V. Conclusão

24. Atento o exposto, tendo presente que a Federação da Rússia é Parte da Convenção 108 do Conselho da Europa e considerada a sua legislação de proteção de dados, a CNPD entende que estão reunidas as garantias adequadas para a transferência internacional de dados, em conformidade com o artigo 46.º. No entanto, com os fundamentos acima expostos, a CNPD recomenda a revisão dos artigos 1.º e 23.º do Projeto da Convenção a celebrar entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia.

Aprovado na reunião de 1 de fevereiro de 2022



Filipa Calvão (Presidente)